

A pior crise que o Brasil já enfrentou

O Brasil chegou ao final de 1983 com uma dívida externa de 100 bilhões de dólares, uma inflação de 212% ao ano e uma queda de produção, comandada pelo setor industrial, estimada em 5%, em relação a 82. Números iguais a estes não foram vistos nem na famosa crise de 1929, que marcou o fim da República Velha. Por muito menos, em 1964, o país entrou em convulsão social, levando os militares a um movimento que afastou do poder o Presidente João Goulart.

Mas, ao contrário de outras nações onde a inflação alcançou a barreira dos 200%, o Brasil de 1983 não se transformou em um caos nem a economia se desorganizou ao ponto de entrar em colapso. Inúmeras empresas faliram ou entraram em concordata, o desemprego continuou castigando os trabalhadores nas grandes cidades e o nível de consumo baixou praticamente em todos os segmentos da sociedade. No entanto, o processo de abertura política ajudou o país a se manter em calma; é verdade também que as lideranças estão conscientes de que o Brasil terá de pagar um preço para sair da crise, e não há como contorná-la. Discute-se caminhos diferentes a seguir, mas nenhuma das correntes de opinião no país tem hoje uma fórmula mágica, capaz de resolver o atual quadro de crise econômica em curto prazo.

A fabulosa dívida

Não se pode dizer que a dívida externa seja um problema novo. O Brasil, como nação independente, já nasceu endividado, herdando um empréstimo que os portugueses contrairam junto aos banqueiros ingleses para abastecer as tropas do General Madeira, que resistiram aos brasileiros até 1823 na Bahia. Durante o Século XX, o país teve que recorrer cinco vezes à moratória, sendo que a mais recente delas foi em 1964, quando o então Ministro do Planejamento, hoje Senador Roberto Campos, renegociou a dívida junto a banqueiros e a países credores no Clube de Paris.

Nunca, porém, a dívida externa havia alcançado a dimensão de agora. Se tivesse de pagá-la de uma vez, o Brasil precisaria entregar aos credores o equivalente a quase 40% de toda a sua produção de bens e serviços acumulada em um ano. O jeito é empurrar o problema para frente, até que o comércio internacional volte a crescer a taxas superiores aos juros. Na conjuntura atual, a dívida cresce por ela mesma, só por causa dos juros e das prestações que vão vencendo.

O Brasil quer ganhar tempo para pagar a dívida e, por isso, teve que se submeter a um exaustivo processo de renegociação com banqueiros, países credores no Clube de Paris e o Fundo Monetário Internacional. Essa renegociação teve início no dia 16 de novembro de 1982 e somente se encerrou no dia 29 de dezembro de 1983. Encerrar não é bem o termo, pois dentro em breve as autoridades econômicas brasileiras já estarão novamente voando pelo mundo inteiro atrás de créditos e acordos comerciais que facilitem as compras e as vendas do país.

1983 foi o ano do "sufoco", pois os compromissos foram-se acumulando no exterior e não havia dinheiro para amortizá-los. Os créditos dos bancos estavam inteiramente suspensos e o FMI fazia a cada dia mais exigências para dar aval ao programa de ajuste econômico apresentado pelo Governo brasileiro.

O Banco do Brasil passou os dois primeiros meses do ano fazendo uma verdadeira "ginástica" financeira para fechar sua compensação em Nova Iorque. Em fevereiro, representantes de mais de 600 bancos se colocaram em fila, no Hotel Plaza de Nova Iorque, para assinar um acordo de renegociação da dívida brasileira a vencer em 83, apresentado pelas autoridades, no mesmo hotel, no dia 22 de dezembro de 82. A assinatura praticamente não valeu, pois os créditos não foram liberados aguardando o Fundo Monetário chegar a um entendimento com o Governo brasileiro. E aí, os compromissos em atraso do Brasil saltaram dos 800 milhões de dólares, que o Banco do Brasil vinha tentando contornar com a ajuda diária de alguns grandes bancos americanos, para mais de dois bilhões de dólares.

A máxi

O país não teve outra alternativa senão a de declarar o "devo, não nego, pagarei quando puder". No final de fevereiro, passado o Carnaval, o Governo decretou uma maxidesvalorização de 30% no cruzeiro em relação ao dólar, a segunda desde 1979. Para os exportadores, uma ótima notícia. Mas para as empresas endividadas em dólares, especialmente as companhias estatais, um verdadeiro "Deus nos acuda". Para o próprio Governo um sério problema, já que a maior parte da dívida pública interna em títulos (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) é reajustada pela taxa do dólar. Assim, a dívida pública, que era Cr\$ 7 trilhões no final do ano passado, está hoje na casa dos Cr\$ 27 trilhões, praticamente o dobro do que o Governo federal arrecadou em impostos e durante o ano de 1983.

A máxi também estimulou, indiretamente, uma forte especulação financeira, fazendo com que as cotações do dólar registrassem uma grande valorização no mercado paralelo nos seis primeiros meses do ano. O ouro, assim como o dólar paralelo, passou a ser também muito procurado, em detrimento de segmentos tradicionais do mercado financeiro, como as cadernetas de poupança, as letras de câmbio, os CDBs e mesmo o setor imobiliário.

O Governo precisou criar estímulos para a caderneta à fim de conter a onda de retiradas. Dessa forma, os juros recebidos se tornaram isentos de Imposto de Renda e os poupadores tiveram a garantia de que a correção monetária iria acompanhar a inflação. Como tais benefícios foram insuficientes, o BNH instituiu a partir de julho correção e juros mensais para todas as cadernetas. Com isso, os saques foram diminuindo e os depósitos aumentando. Em outubro, pela primeira vez no ano, a arrecadação das cadernetas superou as retiradas, permitindo que o crédito fosse reaberto não só para a compra de imóveis novos em estoque como também para a construção civil.

O mercado imobiliário acabou tendo alguma recuperação no final do ano, e já se espera uma alta de preços para 1984, em face da falta de oferta de novos imóveis, já que com o crédito paralisado durante boa parte de 1983, poucas obras foram iniciadas este ano.

O esforço exportador

Não há dívida, entretanto, que todos os problemas que a economia atravessa estão de uma forma, ou de outra, ligados ao hó da dívida externa. Não é por acaso que toda a estratégia do Governo está hoje relacionada a um enorme esforço de exportação e de contenção das importações, que possam gerar saldos em dólares capazes de, pelo menos, reduzir as necessidades de o país recorrer a novos empréstimos em moeda estrangeira.

Por falta de divisas, o câmbio permaneceu centralizado no Banco Central durante todo o segundo semestre, com a promessa de voltar ao normal ainda em janeiro de 84.

Em 83, o Brasil conseguiu que as exportações ultrapassassem as importações em mais de 6 bilhões e 300 milhões de dólares, meta que havia sido estipulada pelo próprio Governo.

Em 84, as autoridades esperam repetir a dose, desta vez alcançando um superávit de 9 bilhões de dólares na balança comercial. E mesmo assim o país ainda terá um déficit em suas contas correntes da ordem de 11 bilhões de dólares, devido ao pagamento de juros, remessas de lucros, royalties, assistência técnica, direitos autorais de livros e revistas, fretes, aluguéis de filmes estrangeiros e gastos dos turistas brasileiros no exterior.

A diferença será coberta com os empréstimos que estão vencendo e sendo renovados automaticamente, a ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional e mais o rescaldo do empréstimo jumbo de seis bilhões e 500 milhões de dólares negociado com os banqueiros estrangeiros nos dois últimos meses de 1983.

Nessa política de aumento de exportações e substituição de importações, o Brasil tem realmente alcançado resultados fantásticos. A siderurgia, por exemplo, que vinha ano a ano,

desde 80, apresentando queda de produção, em face da redução na venda de carros, da falta de encomendas para a construção de novos navios e da retração generalizada no mercado dos demais bens industriais, acabou conseguindo uma boa recuperação em 1983 por causa dos contratos de exportação.

A Companhia Siderúrgica Nacional chegou a 75% do seu limite de produção, que é de quatro milhões de toneladas anuais, exportando cerca de 1 milhão e 150 mil toneladas, sendo que apenas para um comprador, o Irã, vendeu nada menos que 650 mil toneladas. O Irã paga o aço com a entrega de cerca de 60 mil barris diários de petróleo ao Brasil. Por causa da guerra com o Iraque, o aço brasileiro só pode ser descarregado em um determinado porto do Golfo Pérsico, e algumas vezes o navio precisa aguardar até quatro meses para atracar. A alternativa é enviar o produto para a Turquia e, de lá, transportá-lo por ferrovia até Teerã, atravessando 2 mil e 500 quilômetros.

Dependência energética

A dependência do país aos combustíveis importados, que parecia infinita, reduziu-se consideravelmente: a Petrobrás chegou ao final de 1983 produzindo mais de 430 mil barris diários de petróleo e tudo indica que alcançará os 500 mil barris antes de dezembro de 1984, quando a meta original era para 1985. Com base nesses números e também nos seus desejos e sonhos, o Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals, faz futurologia e já anuncia para 1993 a auto-suficiência energética, palavra de ordem dos que empunharam a bandeira nacionalista do "Petróleo é nosso" na década de 50.

Para chegar a auto-suficiência será preciso que a Petrobrás continue a ter o mesmo sucesso alcançado nos últimos anos e faça novas descobertas de petróleo. O petróleo do Pará é bastante promissor, mas por enquanto é ainda uma promessa. O gás do Jurua existe e está com suas jazidas em fase de dimensionamento, mas para chegar até o centro consumidor precisará de um gasoduto de nada menos que 2 mil e 500 quilômetros. E no meio da selva amazônica. Um investimento da ordem de alguns bilhões de dólares, porém com retorno seguro, ao contrário de muitos outros projetos megalômanos que se andou fazendo pelo país.

Além do petróleo, o país conta hoje também com uma produção de álcool equivalente a 100 mil barris diários de petróleo. Esta cifra poderá chegar a 200 mil barris no final de 1985. Ou seja, toda a frota de automóveis do país terá condições de ser movida a álcool. E, com um pouco mais de esforço, poderá se fazer o mesmo com caminhões, tratores agrícolas, ônibus, barcos.

Outras fontes não convencionais de energia vão também substituindo o petróleo importado nas caldeiras e máquinas das indústrias. De caroço de péssigo à palha de arroz e coco de babaçu, tudo vai sendo usado para movimentar as caldeiras e alimentar os fornos, no lugar do óleo combustível.

Há grandes esperanças no uso da eletrotermia — uso da eletricidade para fins industriais — e do gás natural extraído em Campos. O país tem energia elétrica de sobra até o final da década de 80, a começar por Itaipu, hoje com apenas uma de suas futuras 12 turbinas funcionando. E gerando energia somente para o Paraguai. Os projetos hoje existentes para o uso de eletrotermia dariam para substituir, de imediato, 22 mil barris/dia de petróleo importado. A questão é que a distribuição desta energia exige alguns investimentos pesados, que não poderão ser feitos de uma hora para outra.

O famigerado déficit

Por imposição do acordo com Fundo Monetário Internacional, o Governo terá de abolir de vez da economia brasileira, ainda nos primeiros meses de 1984, todos os subsídios ainda existentes e com isto eliminar o chamado déficit do setor público, causa de inflação e da sobrecarga tributária em cima dos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas.

Quem quiser agora crédito para exportar, plantar ou montar uma pequena empresa terá de pagar correção monetária integral e mais juros de 3 a 7% ao ano. O subsídio é uma forma de transferência de renda de um setor da sociedade para outro. Se ele é mantido por tempo indefinido, gera artificialismos e enriquece alguns setores, além de se tornar ineficaz como instrumento de política econômica. No momento em que o Governo precisa estimular algum setor, a autoridade não pode lançar mão do subsídio se ele é empregado de forma generalizada na economia. Ou seja, tudo é prioritário e nada ao mesmo tempo.

Sem subsídios, o Banco Central poderá emitir menos moeda para que os bancos oficiais concedam empréstimos. A

procura pelo crédito deve naturalmente diminuir, já que os financiamentos ficarão mais caros. As autoridades esperam que os empresários usem mais capital próprio em seus negócios, deslocando uma parte dos recursos que hoje está aplicado na especulação financeira.

Mas não será fácil para a economia se adaptar rapidamente ao fim dos subsídios. Acostumados por vários anos ao crédito subsidiado, muitos produtores terão dificuldades para reavaliar seus custos. Em um primeiro momento, o empresário tende a tentar transferir para os consumidores a perda de subsídio, através de aumento de preços. Acontece que o mercado interno está encolhendo, pela perda de poder aquisitivo provocado pela política salarial do decreto 2.065. Neste vaivém, muitos desequilíbrios devem ocorrer na economia.

Com o fim dos subsídios e o controle dos investimentos das empresas estatais, o Governo espera chegar até o final de 84 com um total de receitas superior ao total de gastos e, com isso, destinar Cr\$ 1 trilhão para resgatar títulos da dívida pública em circulação.

Se o programa for cumprido, o Governo terá conseguido uma das tarefas mais árduas e mais almejadas pelos economistas conservadores, a favor do tratamento de choque para resolver o problema da inflação. A teoria diz que a melhor fórmula para fazer os preços baixarem é tirar dinheiro de circulação, pois sem ele as pessoas não têm como comprar. De fato os preços caem, mas em compensação, as pessoas também perdem o emprego.

Salários e desemprego

Pela primeira vez nos últimos 20 anos, o país tem hoje uma política salarial referendada pelo Congresso Nacional. E uma política que diz que a folha de salários só crescerá 87% do INPC (ou melhor, 87% do índice que mede a inflação do ponto-de-vista do próprio Governo, através do IBGE).

A economia brasileira não tem gerado novos empregos. Os números oficiais asseguram que a taxa de desemprego nas principais regiões metropolitanas do país está estabilizada entre 6% e 7% da população economicamente ativa. Se a folha de salários cresce menos do que os preços e o emprego não aumenta, é de se esperar uma baixa da inflação, pois o mercado consumidor diminui mês a mês.

A procura de bens e serviços está contida por dois lados: pela redução do déficit público e pela política salarial. A única saída para a economia crescer é a exportação (não é por acaso que são as ações das empresas deste setor que continuam subindo na Bolsa).

A retração de mercado se deu de uma maneira quase geral no país. Consome-se menos pão, menos leite, menos carne; compra-se menos automóveis, menos casas, menos roupas. De 1979 para cá, o consumo de petróleo do país caiu em quase 200 mil barris/dia, isto sem contar com os 100 mil barris equivalentes de álcool que o Brasil agora produz. A população, no entanto, continuou crescendo a taxas superiores a 2% ao ano. São 2 milhões e quinhentos mil brasileiros a mais a cada ano e um milhão e quinhentos mil novos empregos que precisam ser criados.

Mas os novos empregos gerados em 83 não foram suficientes para compensar o número dos que deixaram de existir durante o ano por causa da falência ou da concordata de grupos econômicos tradicionais na economia brasileira, como é o caso do Matarazzo, um verdadeiro símbolo da industrialização do país.

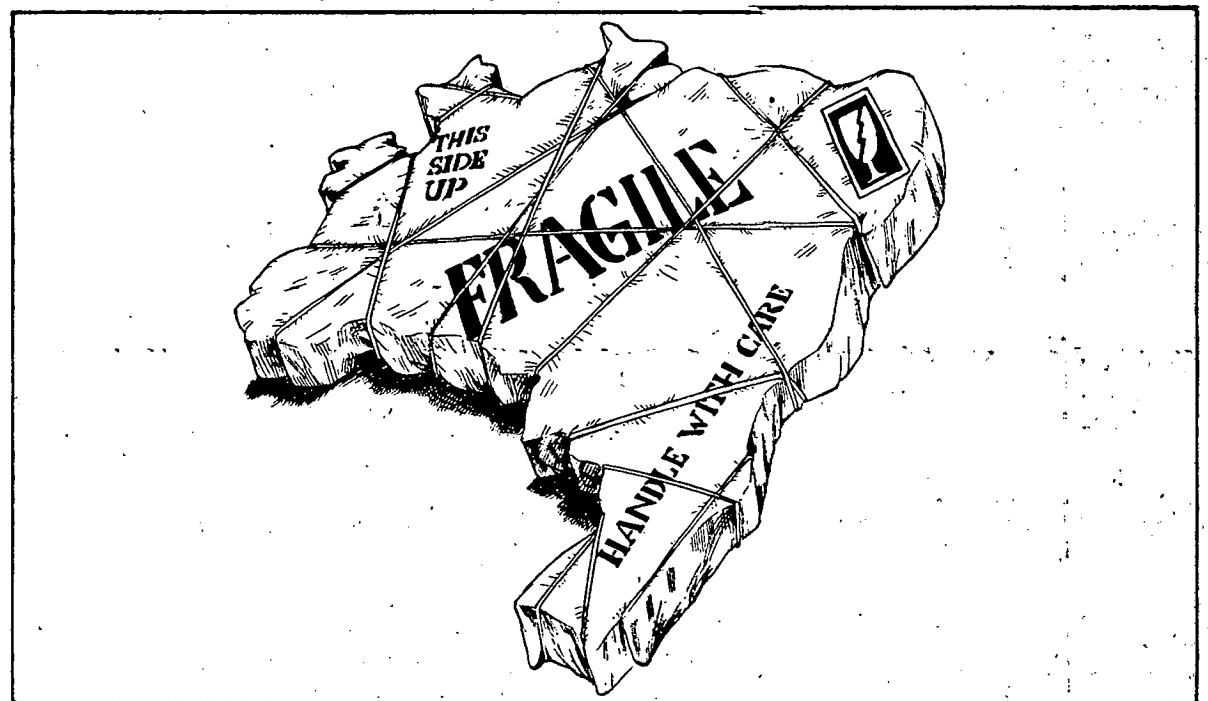
Para compensar a perda salarial, o Governo estabeleceu, também através do Decreto 2.065, que os aluguéis e as prestações do BNH (estas dependentes de acordo entre o mutuário e o agente financeiro) só poderão ser reajustados até 80% do INPC, no primeiro caso, ou do salário mínimo, no segundo caso.

No entanto, isto não chega a neutralizar a perda salarial. Com exceção do curto intervalo de tempo em que esteve em vigor o Decreto-Lei 2.045 (que fixava em 80% do INPC o reajuste para todas as categorias), a política salarial vem sendo mais dura com a classe média. Em uma empresa como a Embratel, onde a diferença entre o maior e o menor salário em 1979 era de 32 vezes, por exemplo, a relação caiu para menos de 12 vezes. O presidente da Companhia ganha duas vezes e meia o que recebe sua secretária ou três vezes o que é pago a seu motorista.

A classe média sofre com a perda do salário e o trabalhador não qualificado, com a perda de emprego.

GEORGE VIDOR

CHICO



O caso da Coroa

O mercado de títulos de renda fixa sofreu em 1983 o maior abalo da sua história com a intervenção no grupo Coroa Brastel, outro caso que promete entrar na lista dos chamados grandes escândalos financeiros do país. A Coroa é acusada de emitir Cr\$ 200 bilhões em letras de câmbio frias (sem lastro de garantia de empréstimo para cobrir os papéis). Assim, o grupo funcionava como uma espécie de Casa da Moeda, pagando todos os seus compromissos em letras de câmbio e não em cruzeiros. Muitos fornecedores da Brastel e milhares de investidores estão com esses títulos na mão sem saber hoje o que fazer, já que o patrimônio do grupo é insuficiente para ressarcir todas essas dívidas.

O principal acionista do grupo Coroa/Brastel, empresário Assis Paim Cunha, está respondendo a uma série de processos sobre a emissão destas letras frias e mais alguns cheques sem fundo, e no caso de uma condenação, poderá ser levado à prisão, para cumprir pena de até 3 anos.

As lojas Brastel faliram e estão sendo fechadas gradativamente no Rio e em São Paulo. Está em negociação uma proposta dos credores para assumir o acervo das lojas, e nelas é que os investidores da Coroa depositam suas esperanças, já que as autoridades econômicas manifestaram-se publicamente contra qualquer solução que obrigue o Governo a indenizar os compradores de letras de câmbio frias.

O caso da Delfin

Embora fosse esperada pelos empresários financeiros e insiders (pessoas que têm acesso a informações privilegiadas no mercado), a intervenção no Grupo Delfin, no dia 21 de janeiro de 1983, pegou de surpresa os depositantes em cadernetas de poupança, em sua maioria pessoas com saldos inferiores a Cr\$ 200 mil. Os depositantes tiveram de enfrentar filas gigantescas diante das agências da Caixa Econômica Federal para recuperarem suas economias. A CEF acabou ficando com todos esses correntistas, ganhando mais uma fatia do mercado (que ela já domina com 43%).

As empresas de crédito imobiliário independentes, concorrentes da Delfin, acabaram sofrendo a rebarba da intervenção, pois o descrédito em relação ao sistema generalizou-se. O caso da Delfin terá um desfecho ainda em janeiro, pois no dia 21 completa-se um ano da intervenção e a única alternativa a seguir seria a liquidação extra-judicial do grupo, o que significaria vender todos os seus bens, pagar as dívidas que puder, e mandar os 3 mil funcionários para a rua. Há, no entanto, um eventual comprador: o investidor de Bolsa Naji Nahas, do grupo Selecta.

A propósito, o mercado de ações se aproveita do baque sofrido pelas cadernetas de poupança e pelos títulos de renda fixa e vive agora os seus dias de glória, com altas extraordinárias nas cotações de quase todos os títulos.